

CULTURA E SOCIEDADE INTERNACIONAL: UMA CONJUNÇÃO POSSÍVEL ENTRE CLIFFORD GEERTZ E HEDLEY BULL

HUGO AREND*

RESUMO

Este artigo objetiva a aproximação dos estudos de Hedley Bull e de Clifford Geertz no que respeita o lugar e a dimensão da cultura em seus pensamentos. Considero, primeiramente, o lugar da cultura no pensamento de Bull, para, logo após, apontar quais de seus traços podem ser enriquecidos pelos estudos de Geertz, e, a partir daí, problematizar e dimensionar o lugar da cultura para o estudo das relações internacionais, tomando como foco o conceito de intersubjetividade, latente em ambos os teóricos. Ao final, realizo um estudo de caso, interpretando a forma como foram estruturados os discursos de George W. Bush, Tony Blair e José Maria Aznar para dar legitimidade à invasão do Iraque, a 16 de março de 2003.

PALAVRAS-CHAVE: cultura, sociedade internacional, intersubjetividade, Iraque

ABSTRACT

This article aims at presenting an approach of the thoughts of Hedley Bull and Clifford Geertz on the place and dimension of culture in their theories. First, I introduce the place of culture in Bull's writings and point out the main aspects of his theory which can be enriched by the writings of Clifford Geertz. I intend to show the place and the notion of culture for studying international relations, taking as a point of departure the notion of intersubjectivity, latent in both theorists. At the end, I present a case-study interpreting the way through which the discourses of George W. Bush, Tony Blair and Jose Maria Aznar were structured by them to legitimize the invasion of Iraq, on March 16, 2003.

KEY WORDS: Culture, International Society, Intersubjectivity, Iraq

Meu objetivo aqui é um tanto modesto se comparado à dimensão da problemática na qual ele está imerso. Pretendo tratar de cultura e de

* Mestre em História – PUCRS; editor da revista *Histórica*, publicada pela Associação dos Pós-Graduandos em História (APGH), daquela universidade. E-mail: hugoarend@hotmail.com

sociedade internacional. Pretendo fazer uma conexão que julgo possível entre estes dois importantes conceitos. O primeiro para a antropologia e o segundo para a teoria das relações internacionais. O conceito de cultura, ao contrário do conceito de sociedade internacional, não se restringe à ciência que o elaborou e o tornou complexo e plurívoco, ele é hoje instrumento de inúmeras disciplinas, de modo que há estudos sobre economia, história, psicologia e política que se fundamentam em considerações acerca da cultura. O conceito de sociedade internacional, no entanto, se restringe ao conhecimento daqueles que se dedicam aos estudos das relações entre os estados, e, na melhor das hipóteses, dos que estudam a teoria política.

A dimensão da problemática que envolve as relações entre cultura (mais acertadamente culturas) e a sociedade internacional é imensa. A discussão sobre o papel da cultura no andamento de coisas das relações entre estados é fenomenalmente extensa, e foge ao nosso escopo sistematizar todas as posições acerca do tema nestas poucas páginas.

Como disse, meu objetivo é modesto, mas não pouco relevante. Limite-me a fazer algumas considerações sobre as possibilidades de conjugar uma teoria da cultura e da sociedade internacional, de forma a melhor dimensionar o lugar da primeira na segunda. A hipótese central que defendo aqui (e sei que com ela não estou sozinho) é a de que a *cultura importa*¹ para as relações internacionais. De fato, é inegável o papel que os choques ou assimilações culturais têm tido nas relações entre os sujeitos internacionais. É também inegável o papel dessa problemática no seio da tradição teórica das relações internacionais.

As perguntas a que pretendo tentar fornecer algum tipo de resposta são: 1 – De que forma a cultura pode ser considerada como relevante para o estudioso das relações internacionais? 2 – Que papel podemos legar à cultura, e de que forma podemos considerar sua apreensão pelos responsáveis pela estruturação de políticas exteriores? Responder a essas perguntas de forma decisiva seria não apenas pretensioso como errôneo. Proponho uma leitura que julgo possível no que diz respeito à comunhão da teoria da cultura, conforme formulada por Clifford Geertz e da teoria das relações internacionais conforme cunhada por Hedley Bull, como sendo uma aproximação.

Não cabe aqui fazer uma síntese do pensamento de cada um desses teóricos em seu todo. Ao invés disso, proponho a seguir uma

¹ Embora eu empregue aqui o título do livro organizado por Lawrence E. HARRISON e Samuel P. HUNTINGTON (*A cultura importa*), isto não significa que adote suas considerações, mesmo concordando com algumas delas.

linha de argumentação que permita chegar àquela conjunção proposta através da localização de cada uma delas dentro da problemática maior que é a do lugar da ordem na teoria das relações internacionais.

O debate no qual o papel da cultura nas relações internacionais se insere diz respeito à existência de uma ordem ou de uma desordem nas relações entre estados². A grande questão que norteia as diferentes escolas das relações internacionais é: Em que medida podemos falar da existência de uma ordem nas relações entre os estados?

Uma parte dos teóricos das relações internacionais defende que entre os estados não podem ocorrer relações que não se desenvolvam sob a ameaça constante da guerra. Não existindo um poder soberano internacional que seja superior à soberania individual de cada estado e que possa exercer legitimamente, e, em última instância, um poder de coação no intuito de fazer-se cumprir uma dada norma jurídica, não se poderia falar de uma sociedade de estados. Para esses teóricos (chamados *realistas*), a sociedade internacional acontece em anarquia. As relações estatais acontecem sob um estado de natureza hobbesiano, de luta de todos contra todos. Mesmo existindo elementos estruturais que regulem, até certo ponto, as relações estatais tais como o equilíbrio de poder, em última análise, o que vinga é a capacidade do mais forte em fazer valer sua vontade³.

Sabemos, no entanto, que existem alguns órgãos intergovernamentais como a ONU e seus órgãos principais, como a Assembléia Geral, o Conselho de Segurança e a Corte Internacional de Justiça, que detêm poder de aplicar alguns tipos de sanções a estados. Está em andamento um debate acerca da criação de um Tribunal Penal Internacional permanente, previsto no Estatuto de Roma de 1998, que julgaria crimes contra a humanidade. Em que pese a sua improvável instituição no curto prazo, uma vez que importantes países como os Estados Unidos, a Rússia, a China, a Austrália e o Brasil negam-se a assiná-lo, a vontade da criação de uma tal instituição é um demonstrativo da necessidade crescente de se criar internacionalmente um ambiente o mais próximo possível de uma ordem nacional interna.

Sabemos também que há um direito internacional público e um

² Minha argumentação a seguir, mesmo tomando em consideração o papel dos funcionários de estado como articuladores de políticas externas, o faço como delimitação da problemática. Não considero, de forma alguma, os estados os únicos, e sequer os principais, atores nas relações internacionais. Mesmo ciente das graves e complexas implicações implícitas neste posicionamento, as deixo em aberto para desenvolvimento em outra ocasião.

³ O maior expoente contemporâneo desta corrente interpretativa é Raymond ARON (1985, 2 v.).

direito internacional privado, e que existem profissionais trabalhando em ambas esferas com princípios e normas jurídicas bem definidas. Isto demonstra que há, em alguma medida, uma dimensão das relações internacionais que ocorre dentro de certa ordem.

Seguindo essa percepção, há uma corrente na Teoria das Relações Internacionais que interpreta as relações entre estados, acontecendo, em certa medida, ordenadamente. Mesmo considerando todas as vezes em que, ao longo da história, os estados escolheram a via da guerra para resolver os seus problemas e mesmo se consideradas todas as vezes nas quais o estado mais forte foi exatamente o que optou para que seus problemas fossem desta maneira resolvidos, pode-se ainda falar em um certo ordenamento internacional. É dentro dessa corrente de pensamento que se insere a teoria de Hedley Bull.

Conforme esse teórico australiano, as relações entre os estados acontecem de fato sob alguma incerteza e sob uma certa violência do mais forte em relação ao mais fraco. Mesmo assim, para ele, se tomarmos somente essas evidências como provas da natureza das relações entre estados, estaríamos simplificando demasiadamente as complexidades que envolvem os movimentos e ações nesse campo⁴.

Para Bull, na história das relações entre estados, houve períodos nos quais a ordem e o entendimento prevaleceram. No livro *The evolution of international society*, seu amigo e colega Adam Watson traçou um histórico da evolução dos períodos históricos nos quais o entendimento e a ordem prevaleceram entre os estados. Nessa evolução, Watson parte desde os sistemas de estados da Suméria e da Assíria e prossegue até a chamada sociedade internacional contemporânea. Watson e Bull partem de uma mesma definição de um sistema de estados. Este existe quando “os estados mantêm contato regular entre si, e quando, além disso, a sua interação é suficiente para fazer com que *o comportamento de cada um deles seja um fator necessário nos cálculos dos outros*”⁵.

⁴ “O elemento da sociedade internacional é real, mas os elementos do estado de guerra e das lealdades e divisões transnacionais também o são, e é uma ilusão reificar o primeiro, ou vê-lo como se anulasse o segundo e o terceiro. Além disso, o fato de que a sociedade internacional fornece um certo elemento de ordem à política internacional não deve justificar uma atitude de complacência a seu respeito, ou sugerir que falta fundamento aos argumentos daqueles que estão insatisfeitos com os argumentos da sociedade internacional. Na verdade, a ordem existente dentro da sociedade internacional moderna é precária e imperfeita. Demonstrar que a sociedade internacional moderna proporciona um certo grau de ordem não é o mesmo que demonstrar que estruturas de um tipo bem diferente não poderiam proporcionar uma ordem de forma mais eficaz”. BULL, 2002, p. 63.

⁵ BULL, op. cit., p. 15 (grifos meus).

Não obstante todas as nuances que devem ser levadas em consideração na avaliação e dimensionamento dos sistemas de estados desde a antiguidade, passando pela Idade Média, até hoje, o que interessa à minha argumentação diz respeito à evolução daquela sociedade internacional a partir do sistema de congressos⁶ inaugurado pelo Congresso de Viena de 1814-15. A partir de então, e cada vez mais, as relações internacionais se desenrolaram sob a luz da publicidade, ou seja, sob a luz do debate político feito público através de espaços públicos de debate, tais como os *cafés*, as salas literárias, as reuniões em praça pública, através do debate político trazido à tona pela imprensa periódica. É essa publicidade das questões internacionais no âmbito da política nacional que permeia toda minha argumentação. O que implica essa publicidade é justamente o fato de tanto os críticos das políticas externas de um dado estado como o próprio estado (sua administração) usarem o espaço público como local de legitimação de seus posicionamentos⁷.

Os períodos de paz e de ordem, mesmo depois do Congresso de Viena, podem não ter sido os períodos mais longos nem os mais homogêneos, mas que eles existiram é um fato histórico demasiadamente evidente para ser negado. Bull se refere a esses períodos nos quais os estados estão de certa forma ligados entre si por valores e interesses comuns, como se fizessem parte de uma *sociedade internacional*, uma *sociedade anárquica*.

Essa sociedade internacional ocorre quando “um grupo de estados, conscientes de certos *valores e interesses comuns*, formam uma sociedade, no sentido de se considerarem ligados, no seu relacionamento, por um *conjunto comum de regras e participando de*

⁶ C. W. Crawley questiona-se sobre a existência ou não de um sistema de congressos após o Congresso de Viena e se os congressos que aconteceram foram eficazes. Os congressos (ou conferências) entre as potências européias, para Crawley, não foram tão frequentes como alguns autores pretendem (Adam Watson e Hedley Bull entre eles). Segundo Crawley, foram poucos os congressos realizados após o de Viena: o primeiro em Aquisgrán (1818), o segundo em Troppau (1820-21), o terceiro em Laibach (1822) e o quarto em Verona (1822). Depois destes, o próximo seria realizado apenas em 1856, na França. Mesmo considerando esta pequena representatividade cronológica, Crawley admite que no decorrer do século 19, as potências pareciam realmente cientes da institucionalização de um direito internacional público, sendo um de seus instrumentos a *mediação* de uma terceira potência em quaisquer contendas em que se encontrassem outras duas. Este *método* de ordenamento internacional, não obstante as debilidades apontadas por Crawley, evidencia a existência de uma cultura internacional, de uma *sociedade internacional*. Ver: CRAWLEY, C. J. Relaciones internacionales (1815-1830). In: CRAWLEY, C. J. (ed.), 1971, t. 9, p. 456-470.

⁷ HABERMAS, 1978, p. 34-41.

instituições comuns”⁸.

Bull concorda com os teóricos clássicos sobre o fato de não existir nenhum órgão superior às soberanias estatais que regule efetiva e poderosamente as relações entre eles com a mesma eficiência e legitimidade com que isto acontece no território soberano de cada estado. Mesmo assim, tomando aqueles *valores* e *interesses* mencionados anteriormente, Bull vê a sociedade internacional como uma *sociedade anárquica*, uma vez que existem de fato valores e interesses regulando as relações entre os estados, como existem valores e interesses regulando as relações entre as pessoas dentro daqueles estados, mas que, em última instância, na verdade não há um órgão a eles superior.

Aqueles interesses e valores comuns têm a força de influenciar as relações internacionais na medida em que fornecem uma base de *entendimento mútuo* entre os estados (e entre as populações desses estados, o que é igualmente importante). Esse entendimento mútuo baseia-se em princípios (ou em *códigos públicos*, para empregarmos de uma vez o vocabulário antropológico de Clifford Geertz⁹) com os quais as mensagens serão potencialmente compreendidas da maneira como seus organizadores as estruturam.

Mas como acontece a estruturação da mensagem? Quem é responsável por ela? Como pode ser limitado o significado de uma mensagem? Estas são três perguntas complexas e difíceis que necessitam muitas páginas de esclarecimento. Aqui proponho uma leitura.

Se considerarmos (como o fez Raymond Aron) que a política externa necessita de *guias* para ser levada a efeito, que necessita de *homens de potência*, ou seja, de homens que “detêm uma ampla capacidade de influir sobre a conduta de seus semelhantes ou sobre a existência mesma da coletividade”¹⁰, nos deparamos com uma importante característica da política internacional: ela é feita por homens que dialogam, que trocam mensagens, que fazem discursos persuasivos, enfim, que fazem manifestações políticas públicas.

Partindo dessa característica, concluo que os responsáveis pelas políticas externas dos estados, seus agentes formais, estão envolvidos, desde sempre, em questões de interesse, e podem ser levadas a efeito

⁸ BULL, op. cit., p. 19 (grifos meus).

⁹ A questão da cultura como códigos públicos ou como códigos estabelecidos permeia toda a obra de Geertz. Ver especialmente os capítulos “Descripción densa: hacia una teoría interpretativa de la cultura” (p. 19-40) e “Ideología como sistema cultural” (p. 171-202), in GEERTZ, 2000.

¹⁰ ARON, op. cit., p. 81-82.

pela persuasão. Dentro dessa ambivalente natureza, a busca por uma sempre necessária legitimidade coloca-se em primeiro plano. Os responsáveis pela elaboração de uma política externa estão sempre cientes da necessidade da legitimidade de seus posicionamentos; estão sempre cientes de que é necessária uma crença dos receptores de uma mensagem na validade desta.

Tomando, então, esse lugar privilegiado dos agentes formais do estado nas relações internacionais, não quero defender uma sua suposta autonomia em relação a elementos estruturais que também participam da sociedade internacional. Pelo contrário, a consideração dos intelectuais como guias das relações internacionais implica a interpretação de suas políticas e as maneiras com as quais eles empregam aqueles elementos estruturais (os símbolos e códigos da cultura) para a legitimação de suas políticas¹¹.

Na busca por essa legitimidade, o agente da política externa (o intelectual) empregará os códigos públicos que possam mais facilmente convencer e persuadir a audiência, tanto nacional quanto internacional. Não seria exagero considerar que tais códigos públicos, nos últimos 200 anos, pelo menos, no Ocidente¹², se referem, em grande medida, a conceitos e concepções de liberdade, democracia e paz. Quando Hedley Bull define sua sociedade internacional, ele considera como suas instituições estruturantes justamente o respeito à autodeterminação dos estados entre si; a solução de problemas através

¹¹ Tomo aqui a cultura como elemento estrutural (seguindo Geertz) na medida em que ela se caracteriza por uma gama de significados, de símbolos públicos, cuja existência numa dada sociedade está além da consciência das pessoas tomadas individualmente. Nas palavras de Geertz: "No sólo es la estructura semántica de la figura mucho más compleja de lo que parece en la superficie, sino que un análisis de esa estructura nos obliga a rastrear una multiplicidad de conexiones y referencias entre ella y la realidad social, de suerte que el cuadro final es el cuadro de una configuración de significaciones no similares de cuyo *entrelazamiento* deriva de la fuerza expresiva y fuerza retórica del símbolo final. Ese entrelazamiento es el mismo *un proceso social, un proceso que se da no 'en la cabeza' de alguien, sino en ese mundo público donde 'las personas hablan unas con las otras, nombras cosas, hacen afirmaciones y hasta cierto punto se comprenden unas a otras'*" (grifos meus. As partes entre aspas na citação são referências de Geertz ao trabalho de W. PERCY, *Symbolic structure*). GEERTZ, op. cit., p. 187.

¹² Compreendo Ocidente como Agnes HELLER e Ferenc FEHER o compreendem: o Ocidente não é uma porção geográfica do mundo. Ele não se confunde com o leste e com o oeste. O Ocidente foi formado há pelo menos duzentos anos e pode ser interpretado tomando-se em consideração dois elementos. O primeiro é estruturado por três lógicas que interagem, mas que não atuam necessariamente juntas: a *lógica do capitalismo*, a *lógica da industrialização* e a *lógica da democracia*. À complexidade de sua atuação some-se um segundo elemento: o *projeto universalizador* que é inerente à própria definição de Ocidente e carrega em si o supremo valor da *liberdade de todos*. HELLER; FEHER, 1985, p. 7-42.

da diplomacia entre os membros do sistema, e a manutenção do equilíbrio deste sistema¹³. Considero cada um desses elementos como sendo extensões internacionalizadas dos princípios de liberdade, democracia e paz, respectivamente.

Seguindo esses três princípios, o articulador da política externa, o intelectual, pode potencialmente convencer e persuadir grande parte do público quanto à legitimidade de sua empresa.

Cabe ao intérprete das complexas relações internacionais compreender e descrever o modo pelo qual são empregadas tais concepções e princípios. Cabe a ele decifrar as *estruturas de significação*¹⁴ (como as chama Geertz) nas quais os discursos se inserem. Quais elementos estão sendo resgatados para a persuasão? Como a cultura, essa teia de significados públicos, está sendo chamada à cena?

As estruturas de significação devem ser decifradas, segundo Geertz, a partir da interpretação das mensagens, dos gestos, dos hábitos, enfim, das manifestações humanas, tomando-as como um texto¹⁵.

Seguindo esse caminho semiótico¹⁶, o intérprete da cultura (daquela “teia de significados que o próprio homem tece” vivendo em sociedade¹⁷) faz das *figuras de linguagem* seu foco de estudo. Tais figuras de linguagem são as metáforas, sinédoques, metonímias, hipérboles, personificações, ritmos, rimas, aliteraões, ironias, enfim, todos aqueles recursos a que chamamos de estilo.

O estilo empregado em uma mensagem é central para a interpretação, tanto da pretensão de persuasão de seu organizador quanto da potencial efetividade de recepção da mensagem pelo público alvo.

Não resta dúvida de que a interpretação da recepção da mensagem pelo público por parte do historiador, do sociólogo ou do

¹³ BULL, op. cit., p. 19.

¹⁴ GEERTZ, op. cit., p. 24.

¹⁵ Não entrarei no mérito da avaliação do conceito de texto tomado por Geertz a Paul Ricoeur. Interessa-me, por enquanto, apenas o que diz respeito à interpretação dos significados das manifestações. THOMPSON, 1995.

¹⁶ O que Clifford Geertz chama de semiótica é o mesmo que Paul Ricoeur chama de semântica. Ambos tomam a interpretação da ação como a leitura de um texto. Lê-se a ação para resgatar seu significado *persistente* e não a *atualidade* da ação em si. Sobre esta convergência, ver a belíssima dissertação de mestrado de Celso AZZAN Jr., publicada pela editora da UNICAMP, *Antropologia e interpretação: explicação e compreensão nas antropologias de Lévi-Strauss e Geertz* (1993), especialmente p. 94-100.

¹⁷ GEERTZ, op. cit., p. 24.

antropólogo é uma questão bastante espinhosa. Pessoalmente, não creio que as conclusões acerca da recepção da mensagem possa ser tomada em termos objetivistas. Ou seja, em termos de certo e errado. As interpretações são, por definição, subjetivas. Elas fazem parte de um contexto de problematização e averiguação próprios de cada pesquisa. Isto, no entanto, não significa que inexistam interpretações mais satisfatórias do que outras.

De fato, como defende Geertz, a antropologia interpretativa que ele próprio realiza baseia-se mais em “tradições literárias e filosóficas como opostas à tradição científica que a antropologia social tende a se fundamentar”¹⁸; a antropologia interpretativa, por definição, está aberta às múltiplas interpretações de um mesmo objeto. Geertz defende: “Em nossa confusão, reside nossa força”¹⁹.

Há, pelo menos, mais uma importante questão envolvendo a conjunção da antropologia interpretativa de Geertz com a teoria da sociedade internacional de Hedley Bull: Como conjugar uma teoria da cultura dedicada à interpretação da diferença, do singular, com a consideração da existência de uma cultura internacional homogênea?

Não me parece discutível a existência de múltiplas culturas, de múltiplas teias de significados que são compreendidos mais facilmente por determinados agrupamentos humanos que por outros. Talvez o senso de humor seja uma grande evidência disto. Muitas são as vezes em que deixamos de rir de piadas contadas por norte-americanos, por exemplo, por não apreendermos a sutil referência a um mundo vivido de maneira simplesmente diferente da forma em que vivemos o nosso.

Se por um lado podemos tomar a diferença (ou a alteridade, para empregarmos o termo antropológico-filosófico) a sério e admitir sua existência, por outro, somos igualmente incapazes de admitir uma alteridade absoluta entre as sociedades. Não precisamos ir tão longe a ponto de defender que todas as sociedades são iguais. Não se trata de impossibilitarmos o trânsito entre essas duas opiniões, mas, sim, de verificarmos as possibilidades em cada uma delas. Proponho um dimensionamento da afinidade cultural baseado nas instituições da sociedade internacional, conforme desenvolvidas nos últimos dois séculos.

Aquela afinidade cultural, creio, fundamenta-se em princípios que foram feitos universais através dos meios de comunicação de massa. Primeiro através da imprensa, depois através do rádio, da TV, e agora da Internet. Cada um desses meios com abrangência, velocidades,

¹⁸ PANOURGIÁ, 2002, p. 421-431.

¹⁹ GEERTZ, 2001, p. 97.

audiências e potencialidades diferentes²⁰. Mesmo assim, é inegável que todos eles vêm participando, cada um a seu modo, para a difusão dos princípios próprios da sociedade internacional: a democracia, a liberdade e a paz.

Podemos tomar a inclusão de um espaço exclusivo para jornalistas no parlamento britânico em 1803²¹ como um marco da publicidade dos princípios da sociedade internacional. Tomo essa instituição como um acontecimento basilar no longo e progressivo processo de intermediação entre a esfera pública estatal e a sociedade civil, no qual os responsáveis pelas políticas exteriores de um dado estado começaram a levar seriamente em consideração a opinião pública como espaço de julgamento e debate dos discursos políticos. A partir daquele momento, a comunicação entre o estado e os meios públicos de divulgação se intensificaria. Em 1980, Ted Turner criou a Cable News Network e passou a transmitir notícias 24 horas por dia. Nas palavras do dromólogo francês Paul Virilio, “Ted Turner transforma o apartamento de seus assinantes em uma espécie de central dos acontecimentos mundiais”²².

Quando proponho a conjugação da teoria da cultura de Clifford Geertz com a teoria da sociedade internacional de Hedley Bull, tenho em mente mais a aplicação do método de interpretação da cultura de Geertz, tomando-o como ponto de partida às ações dos *homens de potência*, tomados estes como membros de um contexto internacional específico, como pensado por Bull. Ou seja: o método de interpretação das figuras de linguagem, conforme sugerido por Geertz, pode ser útil na medida em que ele considera a estruturação do sentido de uma mensagem em função da compreensão desta pelo “outro”. Em uma palavra: em termos de intersubjetividade.

Essa mesma intersubjetividade deve ser interpretada de maneira contextualizada e específica, embora dentro de um contexto amplo em que se leva em consideração aquelas instituições da sociedade internacional como códigos públicos e aceitáveis, e potencialmente legitimadores dos discursos persuasivos que são parte inerente da vida política como um todo e da vida internacional em particular.

Um estudo de caso: a legitimidade das ações da Coalizão no Iraque

²⁰ Sobre a questão da velocidade das comunicações e suas implicações na vida política: VIRILIO, 1996; 1999.

²¹ HABERMAS, op. cit., p. 80.

²² VIRILIO, 1999, p. 13.

Partindo das considerações teóricas esboçadas acima, cabe agora realizar um breve estudo de caso que as aplique, tornando-as instrumentos de análise.

O caso que escolho para este estudo diz respeito ao texto do encontro de cúpula realizado a 16 de março de 2003 no arquipélago dos Açores. Nesse encontro, estiveram presentes, além do anfitrião português, o primeiro-ministro José Barroso, o presidente norte-americano, George W. Bush, o primeiro-ministro britânico, Tony Blair, e o presidente de governo espanhol, José María Aznar.

O objetivo do encontro teria sido unir os principais líderes envolvidos na questão do desarmamento do Iraque para uma “última oportunidade a uma solução política”, nas palavras do anfitrião.

Primeiramente, tomemos em mente as mais evidentes dimensões do encontro e do texto aqui considerado: em primeiro lugar, no encontro estavam presentes apenas os três chefes de estado que pública e seguidamente admitiam a invasão do Iraque como a melhor maneira para desarmar Sadam Hussein; segundo, os pronunciamentos constantes no texto do encontro foram todos lidos, logo foram preparados antecipadamente, com o conhecimento de que seriam veiculados e que seriam feitos públicos para o mundo todo, e terceiro, o conteúdo do encontro foi transmitido, mesmo que parcialmente, pelas principais redes de televisão do mundo, por rádios, e publicado nos principais jornais. O texto na íntegra pode ser encontrado na Internet, no *site* da Casa Branca²³. Essas primeiras considerações são fundamentais para a argumentação que proponho.

Início pelos princípios que norteiam todas as declarações no encontro. Refiro-me, é claro, a todas as declarações de Bush, Blair e Aznar, uma vez que Barroso, como anfitrião, não foi questionado pelos repórteres e também não fez nenhum pronunciamento acerca da necessidade ou não de uma intervenção no Iraque. Ele se limitou a dar as boas-vindas aos seus convidados e a justificar a escolha dos Açores para tal encontro. Segundo Barroso, a escolha tinha um “significado político especial”, a saber, o fato de o arquipélago estar situado a meio caminho entre a Europa e os Estados Unidos, o que, para ele, salientava a necessidade de uma maior união transatlântica futura que reforçasse os laços de “amizade e de comprometimento com *valores partilhados*”²⁴.

²³ Cf. Commitment to Transatlantic Solidarity, 2003. Todas as citações referem-se ao texto do encontro, conforme encontrado no *site* da Casa Branca. Todas as traduções são minhas.

²⁴ Doravante, todos os grifos são meus.

Como fica claro ao longo dos pronunciamentos e pelo próprio formato do encontro, o objetivo declarado de unir os três principais líderes com o intuito de discutir uma solução pacífica para a crise não passa de uma estratégia política. Alguns diriam, de uma mentira. Não entrarei aqui no mérito da veracidade ou falsidade das intenções dos três líderes. Limito-me a compreender a forma como seus posicionamentos foram estruturados de forma a legitimar suas ações futuras. Tento trazer à tona os elementos da cultura internacional; melhor dizendo, os elementos selecionados da sociedade internacional para aquela legitimação. A pergunta que tange à argumentação é: De que modo pode um discurso político ser estruturado de modo a potencialmente influenciar a crença na legitimidade do maior número de pessoas possível? Guardando esta questão em mente, passo à descrição dos pronunciamentos feitos naquele encontro.

Logo após o pronunciamento do anfitrião Barroso, a palavra é passada para o presidente Bush. Este inicia sua intervenção afirmando que o encontro acontece com vistas a uma grande causa: “a paz e a segurança do mundo”. Ele prossegue defendendo que “o imediato e incondicional desarmamento de Saddam Hussein” é impreterível para que exista “*paz e segurança*”. Tal comprometimento com paz e segurança seria a “voz” de “muitas nações”.

Os Estados Unidos não iriam permitir que o regime de Saddam Hussein continuasse existindo, pois significaria não apenas uma ameaça ao próprio povo israelense como uma ameaça ao mundo como um todo, pois o ditador iraquiano seria capaz de “qualquer tipo de crime”, que poderia alcançar, com suas armas de destruição em massa, “o mundo todo”.

Bush fundamenta sua posição de desarmar à força o ditador iraquiano dentro das normas do direito internacional, referindo a Resolução 1441, votada pelo Conselho de Segurança da ONU, em novembro de 2002. Segundo essa resolução, aprovada com unanimidade pelos membros permanentes do conselho (como devem ser todas as resoluções), Saddam Hussein deveria destruir todas suas armas de destruição em massa que significassem uma ameaça tanto para sua população como para a comunidade internacional. Bush adverte que a “lógica” da resolução é “inquestionável”: “ou o regime do Iraque se desarmará ou será desarmado à força”.

Segundo Bush, como o Iraque não se desarmou, Saddam estaria, então, numa situação de *quebra material* (*material breach*) para com aquela resolução da ONU, o que poderia resultar, em última instância, numa intervenção militar legítima por parte da Coalizão. A partir desta situação, Bush exige mais uma vez “o total e imediato desarmamento”

do Iraque. Caso essa exigência fosse ignorada, o regime sofreria as mais “sérias conseqüências”.

Bush ressaltou que a retirada de Saddam do governo do Iraque traria a “libertação” de seu próprio povo; reconstruiria “um futuro melhor para sua sociedade”, e que aquela “libertação” seria “o início e não o fim de nosso comprometimento com o povo [iraquiano]”. A coalizão supriria “ajuda humanitária”, acabaria com as sanções econômicas e trabalharia para uma recuperação econômica de longo prazo, e, mais ainda, Bush garantiria que as “riquezas naturais do Iraque [seriam] usadas para o benefício de seus donos, o povo iraquiano”. Politicamente, Bush garantia que, após a queda de Saddam Hussein, o Iraque teria instituições democráticas que trariam “dignidade e respeito” a todos os grupos étnicos e religiosos presentes no país.

Logo após Bush, foi a vez de o presidente de governo espanhol, José Maria Aznar, fazer seu pronunciamento. Em seu todo, seu discurso não variou do de Bush. Aznar reafirmou a necessidade de se levar adiante uma “solidariedade atlântica”, e que aquele encontro de cúpula renovava “o comprometimento atlântico com [seus] valores e *princípios comuns, em favor da democracia, da liberdade e do respeito à lei*”. A expressão daquele comprometimento seria trazer “*paz, segurança e liberdade internacionais*”.

Esse comprometimento só poderia ser levado a efeito se a lei internacional fosse respeitada. Essa mesma lei internacional só poderia ser respeitada caso as resoluções da ONU fossem respeitadas, nominalmente, a Resolução 1441. Acusando o ditador Hussein de não ter cumprido as decisões expressas naquela resolução, as palavras proferidas nesse encontro configurariam uma “última oportunidade”, o “último esforço”, para que as decisões tomadas “por unanimidade” no Conselho de Segurança da ONU fossem levadas a efeito.

Aznar, assim como Bush, também estava ciente da preocupação da “opinião pública internacional” sobre a crise no Iraque. Sendo estas as últimas manifestações a respeito das conseqüências que poderiam advir de uma suposta resistência de Saddam em não cumprir com as decisões da ONU, Aznar colocou sobre os ombros do ditador “toda a responsabilidade” do que poderia vir a acontecer.

Por último falou o primeiro-ministro britânico Tony Blair. Blair foi direto ao ponto jurídico de toda a questão, evocando a Resolução 1441 como o documento comprobatório da ilegalidade das ações de Saddam Hussein. Residia na força daqueles países presentes no encontro a “responsabilidade de garantir a vontade das Nações Unidas”, previstas naquela resolução. Blair também ameaça Saddam para que se desarmasse “incondicionalmente”, pois este seria o desejo da

“comunidade internacional”²⁵.

Blair salientou que, mesmo sendo o total e absoluto desarmamento de Saddam o desejo da comunidade internacional, este mesmo desejo tem se arrastado por “perpétuas negociações, gestos levados a efeito para dividir [esta mesma comunidade]” e que “nunca [alcançaram] uma cooperação real e concreta”. Cabia, então, aos países reunidos naquele encontro de cúpula, levar a efeito tais responsabilidades.

Se analisarmos o desenrolar de toda a luta entre os países que formariam a Coalizão e a administração de Saddam Hussein no âmbito da ONU, ou seja, com a ida e vinda das equipes de inspeção de armas, e com os infindáveis documentos divulgados por ambos os lados a respeito da existência ou não de armas de destruição em massa em solo iraquiano, teremos de concordar que o jogo praticado pelos funcionários iraquianos foi muito bem-sucedido em seu objetivo de ganhar tempo, de desmoralizar os Estados Unidos publicamente, de fazê-los passar como uma ameaça à paz mundial. Exemplar foi o momento em que George Bush exigiu que Saddam Hussein destruísse mísseis de longo alcance encontrados pela comissão de inspetores da ONU. Bush fez a exigência como uma ameaça direta de intervenção iminente, apostando que Saddam Hussein não o faria. Saddam destruiu os mísseis publicamente, forçando o líder norte-americano a insistir no mesmo discurso da “ameaça iraquiana”, mesmo depois de Hussein ter destruído os objetos de suas reivindicações.

Voltando ao pronunciamento de Tony Blair. Ele agiu demagogicamente ao falar das “milhares de crianças que desnecessariamente morrem todo ano [no Iraque], das pessoas presas em suas prisões, executadas simplesmente por discordar do regime”. O Iraque era um país “potencialmente próspero reduzido à pobreza; sessenta por cento de sua população alimentada por doações de alimentos [da ONU]”. Ao serem levantadas tais questões, torna-se difícil não lembrarmos dos inúmeros países da África subsaariana que se encontram em situações calamitosas, ainda piores que a do Iraque, e que não recebem qualquer tipo de ajuda efetiva e resoluta da ONU ou de nenhum daqueles países reunidos nos Açores. Segundo Chomsky, a irrisória ajuda da ONU na solução dos conflitos naquele continente diz respeito, em grande medida, às ações que as administrações norte-

²⁵ Há de se fazer a diferenciação aqui do que se considera uma *comunidade internacional* e uma *sociedade internacional*. Seguidamente encontra-se a *comunidade internacional* referida como os países que fazem parte da ONU. Tomo o termo nesta acepção. A *sociedade internacional*, por outro lado, diz respeito a um conjunto de princípios, valores e regras que, de certa forma, regulam as relações entre estados.

americanas seguidamente levam a efeito para minar aqueles esforços: “os Estados Unidos frustraram esforços da ONU para executar operações de manutenção de paz que poderiam ter evitado guerras na África”, porque naquelas guerras não existia “lucro perceptível”²⁶.

Tendo sido Blair o último dos líderes a falar, iniciaram-se as perguntas. As respostas não acrescentaram nenhum elemento novo que não houvesse ainda sido dito pelos chefes de estado.

Um ponto importante a ser notado é o fato de todos os líderes terem fundamentado suas argumentações naqueles princípios que anteriormente mencionei como próprios da sociedade internacional, a saber, a liberdade, a paz e a democracia. O que é relevante não é apenas o fato de todos o terem feito, senão o fato de todos o terem tomado de maneira eternalizada, ou seja, de maneira a esvaziar seu conteúdo histórico e colocá-los de tal forma como valores absolutos e impossibilitados de serem questionados²⁷. Poderia ser dito que aqueles pronunciamentos foram feitos por políticos em uma situação política, e que, como tal, não estariam numa situação de discussão de princípios, e sim numa situação política na qual tal estratégia é própria. Poderia ser este o caso. No entanto, isto não os exime de serem criticados, uma vez que suas ações (como temos visto diariamente no Iraque) apartam-se vigorosa e vergonhosamente da mais fundamental essência de cada um daqueles princípios tão nobremente evocados.

Além daquela eternalização, todos os líderes personificaram em seus países a responsabilidade de levar a efeito tais princípios no âmbito internacional. Na realidade, os membros daquela cúpula personificaram as atribuições que são próprias às atribuições das polícias no âmbito nacional, ou seja, garantir segurança e paz. Essa personificação da polícia não é apenas uma estratégia para legitimar ações, mas é também uma esperança inata daqueles que recebem a mensagem.

Dito de outra forma: o mundo espera que algo seja feito a respeito daquele sanguinário ditador iraquiano; torna-se excelente que alguém queira fazer algo a respeito. Recebendo a confirmação de que alguém está disposto a fazer algo sobre aquela situação insustentável e ameaçadora da paz mundial, a opinião pública internacional sente-se tranqüilizada. Desta forma, a ação da coalizão não nasce de sua própria vontade, mas, ao contrário, é chamada à cena por uma lógica de paz e segurança que existia mesmo antes de a crise iraquiana ter nascido. Essa lógica faz parte da hipótese defendida pelo crítico literário Michael

²⁶ CHOMSKY, 2003, p. 35-36.

²⁷ THOMPSON, 2000, p. 88.

Hardt e pelo filósofo italiano Antonio Negri, quando defendem que

O Império não nasce por vontade própria; é *convocado* a nascer e constituído com base em sua capacidade de resolver conflitos. O Império se forma e suas intervenções tornam-se juridicamente legitimadas somente quando já está inserido na cadeia de consensos internacionais destinados a resolver conflitos existentes. [...] a expansão do Império radica-se na trajetória interna dos conflitos que se espera resolver. A primeira obrigação do Império, portanto, é ampliar o domínio dos consensos que dão apoio a seu próprio poder²⁸.

Essa lógica, que chama aqueles líderes a agir de forma a garantir a paz e a segurança internacionais, não foi por eles criada, nem tampouco o foram aqueles princípios democráticos e liberais próprios da sociedade internacional. Esses princípios são aqueles *códigos públicos* estabelecidos socialmente, e que possuem (potencialmente) capacidade de legitimar ações tais como a intervenção no Iraque.

Toda essa oratória persuasiva dos líderes mundiais está muito além do que Noam Chomsky chamou de “torrente autobajulatória”²⁹, como ele próprio sabe. Encarar discursos políticos daquela dimensão como discursos inócuos para as relações internacionais é desmerecer e ignorar o poder dos símbolos, dos discursos políticos, enfim, das ações humanas como significativas, e, acima de tudo, desconsiderar os potenciais significados ideológicos que delas podem ser trazidos à tona.

Além dos princípios da sociedade internacional, há um novo princípio em jogo nas declarações: a segurança internacional. Talvez o que seja novo não seja o princípio em si, pois ele já existe e foi evocado inúmeras vezes ao longo da história³⁰; o que surpreende, e o que é particular desse momento, é seu assentamento em não apenas princípios de democracia, liberdade e paz, profundamente arraigados na cultura internacional, mas justamente o fato de existir uma prática jurídica, internacionalizada e materializada na ONU, em seus procedimentos legais comumente aceitos por todos seus membros. A ONU é usada como âmbito de discussão; produção de mais e mais discursos. Tecnicidades. Política. Interesses e poder.

O que rende àqueles discursos mais legitimidade perante a opinião pública internacional é o fato de, pela primeira vez, estarem sendo evocados como consequência de um acontecimento excepcional e internacionalmente supervalorizado: os atentados de 11 de setembro

²⁸ HARDT; NEGRI, 2000, p. 33.

²⁹ CHOMSKY, op. cit., p. 13.

³⁰ HARDT; NEGRI, op. cit., p. 35.

de 2001. Em nenhum outro momento do século 20, no qual as intervenções militares justificadas como ações contra “terrorismo” começaram a ser evocadas, houve tal apelo internacional. De fato, o que Noam Chomsky chama de “a nova geração” de critérios para intervenções militares parte de um princípio evocado por Tony Blair para defender “valores”, “um novo internacionalismo no qual a repressão brutal de grupos étnicos inteiros não será tolerada”, e “no qual os responsáveis por esses crimes não têm mais para onde fugir”. No mesmo tom, o então presidente norte-americano Bill Clinton também advogava uma política de intervenções militares que se resumia no seguinte: “Os tiranos que se cuidem”³¹.

A metáfora da “voz de muitas nações” empregada por Bush vai ao encontro dessas políticas. Ela se relaciona com aquela *lógica imperial*: as nações a pronunciam; clamam por uma intervenção; a voz tornada pública é a voz da democracia; a voz democrática ouvida e seguida traz a liberdade e a paz. Quem segue aquela voz coloca-se do lado dos justos, dos irrepreensíveis. Na potencial apreensão desse significado pelo maior número de “Outros” possível, reside o esforço intersubjetivo levado a efeito pelos intelectuais que estruturaram aqueles textos. Na seleção dos elementos da sociedade internacional para legitimar seus posicionamentos, reside sua força. A legitimidade das ações da Coalizão tende a se realizar satisfatoriamente.

REFERÊNCIAS

AZZAN Jr., Celso. *Antropologia e interpretação: explicação e compreensão nas antropologias de Lévi-Strauss e Geertz*. São Paulo: Ed. da UNICAMP, 1993.

ARON, Raymond. *Paz y guerra entre las naciones*. México: Fondo de Cultura Económica, 1985. 2 v.

BULL, Hedley. *A sociedade anárquica*. Brasília: UnB/Imprensa Oficial do Estado/IPRI, 2002.

CHOMSKY, Noam. *Uma nova geração define o limite*. São Paulo: Record, 2003

COMMITMENT TO TRANSATLANTIC SOLIDARITY: a vision for Iraq and the Iraqi people. In: www.whitehouse.gov/news/releases/2003/03/20030316-3.html

CRAWLEY, C. J. Relaciones internacionales (1815-1830). In: CRAWLEY, C. J. (ed.). *Historia del mundo moderno (The New Cambridge Modern History)*. Barcelona: Sopena, 1971. t. 9. p. 456-470.

GEERTZ, Clifford. *La interpretación de las culturas*. Barcelona: Gedisa, 2000.

_____. *Available light: anthropological reflexions on philosophical topics*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo: Tempo Brasileiro,

³¹ Ambos citados em CHOMSKY, op. cit., p. 7-9.

1978.

HARDT, Michael; NEGRI, António. *Império*. São Paulo: Record, 2000.

HARRISON, Lawrence E.; HUNTINGTON, Samuel P. *A cultura importa*. São Paulo: Record, 2002.

HELLER, Agnes; FEHER, Ferenc. *Anatomía de la izquierda occidental*. Barcelona: Península, 1985.

PANOURGIÁ, Neni. Interview with Clifford Geertz. *Anthropological Theory*, v. 2, n. 4, p. 421-431, 2002.

THOMPSON, John B. *Critical hermeneutics: a study in the thought of Paul Ricoeur and Jürgen Habermas*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes, 2000.

VIRILIO, Paul. *Velocidade e política*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

_____. *O espaço crítico*. Rio de Janeiro: 34, 1999.